



SERÁ QUE ELE É? NOTAS PARA PENSAR A IDENTIDADE CULTURAL DA (S) HOMOSSEXUALIDADE (S) NA ESCOLA

IS HE? NOTES TO THINK ABOUT THE CULTURAL IDENTITY OF HOMOSEXUALITY IN SCHOOL

¿ES ÉL? NOTAS PARA PENSAR LA IDENTIDAD CULTURAL DE LA HOMOSEXUALIDAD EN LA ESCUELA

Ederson Lima de Souza

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Email: elsouza83@gmail.com

Éderson Luís Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Email: ediliteratus@gmail.com

Renan Antônio da Silva

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP

Email: lepp@rc.unesp.br

Resumo

A presente pesquisa descritiva de cunho qualitativo visa tecer gestos de interpretação sobre a homossexualidade na educação para pensar a viabilidade operacional-analítica do conceito de identidade sob a ótica dos estudos culturais através da análise do filme estadunidense *Será que ele é?*, do diretor Frank Oz. Para isso, centrar-se-á nos posicionamentos discursivos que se inserem no terreno das práticas e das representações, a partir dos Estudos Culturais (BHABHA, 2007; HALL, 2000, 2007; SILVA, 2000; SANTI & SANTI, 2008) articulados a proposições foucaultianas (FOUCAULT, 1992, 2004), o que implica em considerar a cultura (um conjunto de significados partilhados) e os usos da linguagem como não sendo neutros, o que possibilita pensar a cultura e a linguagem como organismos interrelacionados. Para pensar em aspectos culturais, históricos e sociais estudiosos do campo de estudos sobre a Sexualidade serão mobilizados (BORILLO, 2009; BUTLER, 2003; JUNQUEIRA, 2007; PRADO & JUNQUEIRA, 2011). Conclui-se que priorizar uma abordagem discursiva articulada a questões culturais auxilia nas reflexões acerca de efeitos e consequências do conhecimento sobre condutas humanas e formação de modos de subjetivação na história do tempo presente em que nos situamos, sobretudo no que diz respeito à homossexualidade.

Palavras-chave: Cultura. Linguagem. Homossexualidade. Educação.

Abstract

This paper arose from a descriptive qualitative oriented research to undertake acts of interpretation about homosexuality in education to think the operational feasibility-analytical concept of identity from

the perspective of cultural studies by examining the North American film *Is he?*, from Frank Oz director. To do so, it will focus on discursive positions that fall within the field of practices and representations, from the Cultural Studies (BHABHA, 2007; HALL, 2000, 2007; SILVA, 2000; SANTI & SANTI, 2008) articulated the propositions of Michel Foucault (FOUCAULT, 1992, 2004), which implies to consider culture (a set of shared meanings) and uses of language as not being neutral, which makes thinking about culture and language as interchangeable bodies. To think of cultural, historical and social aspects scholars of the field of studies on sexuality will be mobilized (BORILLO, 2009; BUTLER, 2003; JUNQUEIRA, 2007; PRADO E JUNQUEIRA, 2011). It is concluded that prioritize a discursive approach to cultural questions hinged assists in the reflections about the purposes and consequences of the knowledge about human duct and formation of modes of subjectivation in the history of the present tense in which we are, especially in with respect to homosexuality.

Keywords: Culture. Language. Homosexuality. Education.

Resumen

Esta investigación cualitativa descriptiva tiene como objetivo hacer gestos de interpretación sobre la homosexualidad en la educación para que el concepto de viabilidad analítica operacional de identidad desde la perspectiva de los estudios culturales mediante el examen de la película americana va a ser *Es el*, del director Frank Oz. Para ello, se centrará en las posiciones discursivas que caen dentro del campo de prácticas y representaciones, a partir de los Estudios Culturales (BHABHA, 2007; HALL, 2000, 2007; SILVA, 2000; SANTI & SANTI, 2008) articulan los estudios de propuestas de Michel Foucault (FOUCAULT, 1992, 2004), que implica considerar cultura (un conjunto de significados compartidos) y usos del lenguaje no es neutral, que hace pensar sobre la lengua y la cultura como cuerpos intercambiables. Pensar en cultura, se movilizarán eruditos de aspectos históricos y sociales del campo de estudios sobre la Sexualidad (BORILLO, 2009; BUTLER, 2003; JUNQUEIRA, 2007; PRADO E JUNQUEIRA, 2011). Se concluye que priorizar un enfoque discursivo para asistencias de cuestiones culturales articuladas en las reflexiones sobre los propósitos y consecuencias de los conocimientos acerca de la conducto humana y formación de los modos de subjetivación en la historia del tiempo presente en que estamos, sobre todo en con respecto a la homosexualidad.

Palabras clave: Cultura. Lengua. Homosexualidad. Educación.

Introdução

A cultura e o exercício da linguagem são elementos que não se constituem neutros na sociedade enovelados que estão em instâncias sociais de práticas e representações. Desse modo, a identidade se constitui nos terrenos da diferença e da (des) identificação em diversos contextos. Pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados fez com que Stuart Hall (1997) assinalasse uma inter-

relação entre cultura e linguagem, tomando esta como um processo de significação. Se é através da linguagem, na linguagem e pela linguagem que atribuímos sentido ao mundo que nos rodeia, partilhamos significados entre nós enquanto sujeitos linguageiros pelo acesso comum à linguagem, a partir de práticas e representações diversas.

Para exemplificar, frequentemente, fala-se em identidade nacional a partir da homogeneização de elementos que constituiriam o que viria a ser brasileiro, por exemplo, ação difícil de ser realizada em um país com tantas formas de existência, com tantas diferenças e tanta riqueza cultural. Ainda assim, fala-se em identidade nacional, o que nos leva a um redirecionamento sobre de que modo, no interior de uma nação, heterogeneamente identidades se manifestam em seus diferentes modos de existência e são marginalizadas em detrimento de outras, que são legitimadas a partir do discurso homogeneizador de uma matriz heterossexual, por exemplo. Remetendo a contextos específicos, poderíamos, então, questionar: de que modo as identidades sexuais se manifestam, são reproduzidas, cerceadas, circunscritas e silenciadas nas escolas?

Cabe então destacar que é a partir e na língua que são reproduzidos estereotipações, imaginários, marginalizações diversas e homogeneizações acerca de modos de vida que destoam da suposta unidade identitária que serve ao discurso de existência de uma matriz reguladora de identidades. Para isso, centrar-se-á nos posicionamentos discursivos que se inserem no terreno das práticas e das representações, a partir dos Estudos Culturais (BHABHA, 2007; HALL, 2000, 2007; SILVA, 2000; SANTI & SANTI, 2008) articulados a proposições foucaultianas (FOUCAULT, 1992, 2004), o que implica em considerar a cultura (um conjunto de significados partilhados) e os usos da linguagem como não sendo neutros, o que possibilita pensar a cultura e a linguagem como organismos interrelacionados. Para pensar em aspectos culturais, históricos e sociais estudiosos do campo de estudos sobre a Sexualidade serão mobilizados (BORILLO, 2009; BUTLER, 2003; JUNQUEIRA, 2007; PRADO & JUNQUEIRA, 2011).

Neste contexto, o presente trabalho parte da conceptualização do conceito *identidade*, sobretudo nos estudos culturais através do diálogo com autores de outras vertentes teóricas, para então analisar o filme estadunidense *Será que ele é?*, do diretor Frank Oz, lançado comercialmente em 1997 a fim de que se possa explicar acerca da identidade homossexual nos terrenos da docência.

Considerações teóricas

Stuart Hall (2007, p. 13), ao oferecer ferramentas para pensar a identidade sob a ótica dos estudos culturais, lembra-nos que “[..] a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” e aponta a globalização como um fator determinante para que o sujeito atual seja visto como fragmentado. Aponta o autor que o impacto do feminismo na era global é ponto determinante para que um novo conceito de identidade seja abordado. Acredita-se que com esse movimento fundou-se uma “política de identidade”, isto é, cada movimento social adquire a sua própria. Por isso, o feminismo liga-se às mulheres, a política sexual aos gays e lésbicas, as lutas raciais aos negros, etc (HALL, 2007, p. 45). Na obra *A identidade cultural da pós-modernidade* Hall (2007) perpassa três concepções de sujeito: i) do Iluminismo; ii) sociológico e iii) pós-moderno.

Em linhas gerais, o sujeito do Iluminismo era caracterizado por um efeito de unicidade, o que o “tornava” um indivíduo centrado, dotado de razão, consciência e ação. Isso partilhava uma concepção individualista já que o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa, ou seja, o sujeito era “portador” de identidade fixa. Por outro lado, ao observarmos o sujeito sociológico percebemos que, devido às atividades do mundo moderno, há um descentramento, pois a relação com os outros se torna importante, já que leva-se em consideração, portanto, uma mediação cultural. Existe aí a interação entre o eu e a sociedade, cuja relação desfaz o vazio entre o pessoal e o público.

Por fim, o sujeito pós-moderno é aquele que não possui uma identidade fixa ou permanente, pois as várias identidades que o compõem serão ora complementares ora contraditórias. Desse modo, o sujeito torna-se fragmentado. Fala-se aí de múltiplas identidades possíveis, um fato decorrente da globalização, associado à dinâmica das sociedades serem continuamente passíveis de mudanças em diversas esferas perpassando desde cada indivíduo até o corpo social como um todo (lógica em que a homogeneização do todo se torna insustentável).

Preocupado em discutir uma *identidade cultural* Hall (2007, p. 47) destaca que “[...] as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das

principais fontes de identidade cultural. [...] Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes”. Desse modo, a questão da identidade nacional não é inerente ao sujeito, mas forma-se e transforma-se com ele na *representação*. Assim, a ideia de nação não é vista somente como uma entidade política, mas como um “sistema de representação cultural”, ou seja, lugar onde traços comuns dos sujeitos que caracterizariam determinada nação. Por isso que

[...] as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (HALL, 2007, p. 51)

As narrativas das nações são meios de unificar o conceito de pertencimento a um mesmo local, isto é, manter as tradições é a maneira de manter a identidade intocável, é a certeza do legado às gerações futuras. Porém, nisso existe um problema que permeia o discurso da unicidade da identidade nacional: a diferença de classe, gênero ou raça. Ao pensar que a identidade nacional é una/fixa, descarta-se as identidades (as particularidades) do sujeito pertencente àquela nação, pois não se leva em conta as diversas histórias e tradições que compõem a nação (unilateral).

A esta altura, lembra-nos Hall (2007, p. 59) que “[...] a maioria das nações consiste de culturas separadas que só foram unificadas por um longo processo de conquista violenta – isto é, pela supressão forçada da diferença cultural”. E, mais adiante em seus argumentos, salienta que “[...] as nações modernas são, todas, híbridos culturais.” (HALL, 2007, p. 62). Por esse motivo que pensar no deslocamento das identidades culturais é observar de que maneira as culturas nacionais perfazem as diferenças em uma única identidade.

No que tange ao descentramento do sujeito cartesiano, Hall (2007) aponta cinco grandes momentos. A primeira descentração está ligada ao marxismo, cujo preceito é de que a história é construída por homens mediante as condições que lhes são oferecidas. O segundo descentramento advém da descoberta do inconsciente por Freud, já que nossa constituição enquanto sujeitos está ligada a processos psíquicos e simbólicos, ou seja, distancia-se da razão. Como terceiro descentramento, têm-se os trabalhos de Saussure quando, segundo Hall, ele afirma que “[...] a língua é um sistema social e não um sistema individual” (HALL, 2007, p. 40) estabelecendo uma possível relação entre língua e identidade, “eu sei

quem ‘eu’ sou em relação com o ‘o outro’ [...] que eu não posso ser”. Foucault (2004) representa o quarto descentramento, cuja ideia central está no poder disciplinador, na regulação, na vigilância do indivíduo. Por fim, o feminismo marca o quinto descentramento. Assim, Foucault (2004) propõe, com a política de identidade – uma para cada movimento, uma discussão das relações unívocas até então: família, sexualidade, trabalho, etc. Na discussão sobre cultura nacional e identidade, Hall (2007) destaca que

[...] a formação de uma cultura nacional contribuiu, para criar padrões de alfabetização universais, generalizou uma única língua vernacular como o meio dominante de comunicação em toda a nação, criou uma cultura homogênea e manteve instituições culturais nacionais, como, por exemplo, um sistema educacional nacional. (HALL, 2007, p. 49).

Hall (2000) ressalta que, devido a essa dinâmica de descentramento do sujeito, muitos conceitos-chave sofrem “rasura”. Isso acontece devido ao fato de o termo não servir mais de maneira conceituada originalmente; porém, já que não há outro que possa assumir seu lugar, continua-se a utilizá-lo nas reflexões. Assim, o conceito de “identidade” é um termo sob rasura, pois está “[...] no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2000, p. 104).

Ainda o mesmo autor reforça a questão identitária como uma construção no jogo de poder e da exclusão, pois não resultam de uma totalidade primitiva, “[...] mas de um processo naturalizado, sobredeterminado, de ‘fechamento’” (HALL, 2000, p. 110). Bhabha (2007), em seu capítulo “Interrogando a identidade”, faz uma análise da obra de Frantz Fanon, psiquiatra que observa o processo identitário na Argélia francesa. Em sua análise, Bhabha destaca que a identidade é dada num processo de opressão colonial, ou seja, é a voz do colonizado (subalterno) que manifesta a imagem de sua identidade. Como bem evidencia o autor:

A luta contra a opressão colonial não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua ideia historicista de tempo como um todo progressivo e ordenado. A análise da despersonalização colonial não somente aliena a ideia iluminista do “Homem”, mas contesta também a transparência da realidade social como imagem pré-dada do conhecimento humano. Se a ordem do historicismo ocidental é perturbada pelo estado colonial de emergência, mais profundamente perturbada é a representação social e psíquica do sujeito humano (BHABHA, 2007, p. 72)

Desse modo, esse sujeito advindo do espaço colonial é “criado” em um movimento externo. Entretanto, Hall (2000) avalia que a identidade é construída internamente no discurso histórico dos locais e instituições tomadas por esse sujeito. Bhabha (2007, p. 74) assegura que se trata de assumir uma identidade imediata e, dessa maneira, utópica. A leitura de Fanon é constituída numa vertente psicanalítica do sujeito; contudo Bhabha (2007) reconhece que

A figura representativa dessa perversão [...] é a imagem do homem pós-iluminista amarrado a, e não confrontado por, seu reflexo escuro, a sombra do homem colonizado, que fende sua presença, distorce seu contorno, rompe suas fronteiras, repete sua ação à distância, perturba e divide o próprio tempo de seu ser. (BHABHA, 2007, p. 75).

Advém dessa reflexão três disposições sobre os “processos de identificação na analítica do desejo”. Sejam elas: a primeira está ligada à alteridade, isto é, a relação com o lugar do outro, a possível inversão de papéis. A segunda é destinada ao espaço de cisão, ou seja, é a distância entre o colonizado e o colonizador que os faz diferentes, mas que a alteridade faz tornarem-se iguais. A terceira é aceitar que a identidade nunca é pré-determinada “[...] é sempre a produção de uma imagem de identidade e a transformação do sujeito ao assumir aquela imagem” (BHABHA, 2007, p. 76).

Agier (2001), em *Distúrbios identitários em tempos de globalização*, assegura que a busca da identidade individual ou coletiva está no dialogismo social, pois “[...] somos o outro de alguém e o outro de um outro”. Reforça, então, ser necessário pensar a questão identitária a partir de um olhar (ou olhares) externo. Citando o autor, destacamos que “[...] o processo identitário, enquanto dependente da relação com os outros (sob a forma de encontros, conflitos, alianças etc), é o que torna problemática a cultura e, no final das contas, a transforma” (Agier, 2001, p.10).

Corroborando a reflexão acima, Bauman (2005) explana sobre sua teoria da “era líquido-moderna”, cuja essência está na discussão da *diluição das identidades individual e coletiva* no mundo contemporâneo. O autor caracteriza nossa época como liquefeita, fluida e volátil, pois a identidade individual se desfaz no intercâmbio cultural entre as nações. Para exemplificar, relata o momento em que teve de escolher entre os hinos da Grã-Bretanha e da Polônia para ser executado durante a cerimônia de recebimento do título de doutor *honoris causa*. Argumenta que a decisão não fora fácil, pois era de berço polonês e naturalizado britânico. Ao escolher o hino europeu, ele foi “includente” e “excludente”, já que

atendia uma de suas identidades (britânica) e negava a outra (polonesa). Assim, Bauman (2005) destaca que

As pessoas em busca de identidade se veem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de “alcançar o impossível”: essa expressão genérica implica, como se sabe, tarefas que não podem ser realizadas no “tempo real”, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo. (BAUMAN, 2005, p.16).

Com isso, termos como pertencimento, comunidade, reconhecimento e nacionalidade que são observados de maneira crítica e recolocados no discurso atual de maneira analítica pelo autor. Por exemplo, as palavras “pertencimento” e “identidade” são repensadas como instáveis, não há garantia de uma rigidez perpétua em sua definição, haja vista que o indivíduo é intercambiável, ou seja, trilha caminhos, interage com o outro e tudo isso interfere na construção de sua identidade.

Por esse motivo,

Ter uma “identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada. (BAUMAN, 2005, p. 17).

Ainda no que tange à negociação, o autor lembra-nos de que

As “identidades” flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. Há uma ampla probabilidade de desentendimento, e o resultado da negociação permanece eternamente pendente. (BAUMAN, 2005, p. 19).

Discutir a identidade é pensar na presença, ou ausência, do Estado para a nação, já que esse, detentor do poder, poderia manter sob obediência seus indivíduos assegurando uma continuidade dessa nação, pois a esse órgão cabe-lhe a função de “classificar, segregar, separar e selecionar” itens que constituiriam a “característica de determinada identidade”. Do contrário, a ausência desse poder provoca uma insegurança do passado dessa nação, o que não promove um futuro seguro, pois o presente é incerto. Desse modo, sintetiza-se com “[...] quem governa decide a nacionalidade” (BAUMAN, 2005, p.27).



Essa síntese, máxima usada por séculos para resolver a questão da identidade, perde-se, no mundo atual, porque a globalização promove um apagamento das fronteiras culturais – delimitações que, mesmo no âmbito abstrato, serviam para marcar as identidades nacionais -, e desse modo abala o poder do Estado, que outrora fora forte e indispensável para a segurança da identidade nacional. Por esse motivo, Bauman (2005, p. 34) destaca que “[...] globalização significa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação”.

O que se percebe até agora nessa discussão é a relação de identidade e segurança. A ideia de “pertencimento” vem adjacente a isso, pois almejar uma identidade “fixa”, ou seja, características que me fazem *pertencer* a determinado grupo dão segurança para a identificação do sujeito no mundo. Destaca o autor que “[...] a ideia de ‘identidade’ nasceu da crise do pertencimento e do esforço que esta desencadeou no sentido de transpor a brecha entre o ‘deve’ e o ‘é’.” (BAUMAN, 2005, p. 26, grifo nosso). Entretanto, o que se vê na era atual são características voláteis para identificação do sujeito, isto é, “[...] as identidades ganharam livre curso, e agora cabe a cada indivíduo [...] capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas” (BAUMAN, 2005, p.35). Os avanços nos estudos sobre sexualidades e identidades de gênero no campo das ciências humanas e sociais denunciam a urgente necessidade de desconstrução de discursos, elencados por Prado e Machado (2012), como sendo o discurso médico, o religioso e o científico. O preconceito homofóbico e as condições de subalternidade e inferioridade a que certos grupos, entendidos como minoritários, estão submetidos, compõem um espectro de fenômenos da realidade brasileira. Estes fenômenos mostram-se presentes na base de constituição das relações sociais e que demarcam possibilidades e impossibilidades, constituem processos de inclusão e exclusão sociais materializados e reproduzidos nos discursos e nas práticas sociais e que, demandam, portanto, de questionamento, crítica e transformação, almejando a construção de relações interpessoais menos violentas, mais justas e de solidariedade.

Eribon (2008, p. 23) relata que ao finalizar a escrita do prefácio de seu livro teve acesso pelo jornal da notícia do assassinato de um jovem homossexual. A partir desta notícia fez uma provocação: “Como não pedir ao leitor para nunca esquecer, ao lê-lo, que não são apenas problemas teóricos que estão em jogo?”. É

ponto nodal conceber a violência homofóbica não como um problema epistemológico apenas, é, sobretudo, uma realidade vivida diariamente por gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT) e heterossexuais. No caso destes últimos desde que tragam construídos em seus corpos marcas do sexo oposto, ou seja, homens mais feminilizados e mulheres mais masculinizadas, ou nas palavras de Borrillo (2009, p.17) “mulheres heterossexuais que têm personalidade forte, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade”. Não por acaso, em função de sua intrínseca complexidade, esta discussão mostra-se sempre desafiadora. Acerca da sexualidade, Prado e Machado (2012, p. 15) afirmam ser ela um dos determinantes da constituição dos sujeitos, considerada “tão necessária quanto o ar que respiramos”. Constitutiva dos seres humanos, talvez a sexualidade se constitua no conjunto das práticas humanas menos ‘naturais’, pois se encontra recoberta por valores estabelecidos e reproduzidos pelos discursos médico, religioso e científico. Para estes autores a sexualidade envolve diferentes formas de expressão, de vivência de prazeres, de (im) possibilidades peculiares de visibilidade e práticas de ser/estar do/no mundo social.

Desta forma, de acordo com Prado e Machado (2012)

A sexualidade humana é uma dimensão da experiência social permeada por inumeráveis questões. Através dela, todo um universo de desejos, crenças e valores são articulados, definindo um amplo espectro do que entendemos como sendo nossa identidade. Todavia [...] esse jogo não se faz a margem da história, muito pelo contrário, ele se fabrica no intercâmbio de significados e contextos que ocorre entre o ‘eu’ e o ‘outro’; o ‘eu’ e o ‘nós’, o ‘nós’ e o ‘eles’ (PRADO & MACHADO, 2012, p.7).

Estes autores trazem relevo a sexualidade como categoria constitutiva do ser humano, produzida e experienciada pelas e nas relações sociais. Demarcam a importância do contexto histórico neste processo de construção e, para além disso, apontam para a sexualidade como uma dimensão que permite que padrões de diferenciação e valoração sejam construídos e perpetrados por alguns grupos em detrimento de outros. A partir de valores considerados hegemônicos, tornasse possível afirmar que ‘eu sou isso e não aquilo’; ‘nós somos isso e não aquilo’; e viver as conseqüentes práticas advindas deste discurso que, em inúmeras vezes, se consubstanciam em relações sociais fundamentadas pelo ódio manifesto e intolerância a diferença, ou seja, pela violência.

Para além da sexualidade como prática vivida na intimidade de cada sujeito nas suas relações sociais - e aqui se agrega a violência contra sujeitos cuja sequência sexo-gênero-sexualidade não se conforma com padrões heteronormativos. Prado e Junqueira (2011) discutem a dimensão das instituições na produção de diferenciações, normalizações e hierarquizações. De acordo com eles a igreja, a família e a escola são instituições que engendram e controlam padrões de sexo, gênero e sexualidade como necessariamente lineares, ou seja, um sujeito do sexo masculino deve se posicionar como homem e com todos os atributos esperados para um homem na sociedade brasileira e viver uma sexualidade heterossexual. Estes mesmos autores destacam que a família e a escola são respectivamente, primeiro e segundo lugares, nos quais a discriminação homofóbica é vivida, argumentando que a realidade é esta porque uma determinada identidade é eleita e tornada naturalmente como a correta e esperada. Eleita desta forma passa a funcionar como padrão de diferenciação, hierarquização e inferiorização em relação àqueles que não compartilham desta mesma identidade.

Sobre este processo de diferenciação, Silva (2000) revela que a identidade diz respeito a aquilo que um sujeito é como, por exemplo, ser gay. Se sua identidade é marcada pela homossexualidade então a sua diferença reside exatamente em não ser heterossexual. Ele argumenta que este processo de diferenciação é, em essência, a instauração de relações de poder. Nas palavras deste autor

A diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas [...]. São outras tantas marcas de poder: incluir/excluir ('esses pertencem, aqueles não'); demarcar fronteiras ('nós, eles'); classificar ('bons e maus; puros e impuros; desenvolvidos e primitivos; racionais e irracionais'); normalizar ('nós somos normais, eles são anormais') (Silva, 2000, p.4).

Silva (2000) parte do pressuposto de que existem disputas entre diferentes grupos sociais (representados por diferentes identidades) por privilégios de acesso aos bens simbólicos e de consumo na sociedade capitalista, ressaltando que estas disputas são sempre marcadas por relações assimétricas de poder. Ele sintetiza que "A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes" (SILVA, 2000, p. 2).

Entendendo que este processo de hierarquização das identidades não é desinteressado, inocente ou desprovido de intencionalidade, tem-se que o lado conservador e fundamentalista religioso da sociedade continua atuante na



manutenção de seus valores e no repúdio às diferenças individuais e grupais. Exemplo disso é a expressão problematizada por Rodrigues (2011, p. 29) *God hate fags*. Este tema já era denunciado por Adorno (1950) quando esclarecia sobre a intolerância dos sujeitos pertencentes ao chamado endogrupo em relação aos sujeitos do exogrupo. Revelou que seus entrevistados concebiam homossexuais como pecadores e criminosos, merecedores de castigos piores que a prisão como serem açoitados em público, por exemplo. Eram os “‘depravados sexuais’, ‘los malditos sifilíticos’” (ADORNO, 1950, p.792).

Ainda sobre as diferenciações e alocação de certos sujeitos como hegemônicos ou dissidentes, Miskolci (2007) afirma que a linguagem opera segundo uma lógica binária, fundamentada em oposições e, que, constrói padrões valorativos. Desta forma existe o normal porque existe o anormal como seu negativo; existe o masculino porque existe o feminino como seu negativo, a heterossexualidade porque existe a homo e bissexualidade como os seus negativos e o desejável e o abjeto como seu negativo. Silva (2000) ao discutir sobre identidade e diferença como um par indissociável denomina este mecanismo como uma operação de diferenciação, processo este que classifica, categoriza e localiza as identidades em hierarquias a partir da (des)valorização das diferenças.

Prado e Machado (2012) afirmam que a heterossexualidade e a homossexualidade são construções modernas, mas que as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo existem desde os tempos mais remotos. A homossexualidade foi inventada como o inverso negativo da heterossexualidade burguesa, tida como inteligível, lícita, desejável, natural, aquilo que faz com que a reprodução humana seja possível. Nesse ínterim, Prado e Machado (2012) pontuam que a homossexualidade foi instituída prática e discursivamente como crime, pecado, doença, perversão, o abjeto, o que não tem status de existência.

Ainda de acordo com Prado e Machado (2012), a sexualidade como dimensão constitutiva da vida privada e pública do ser humano, passou então a funcionar como um mecanismo reprodutor de hierarquias de poder, produtora e reprodutora de desigualdades, de inferioridade e subordinação seguindo á égide heteronormativa. Eribon (2008), em concordância com a argumentação dos autores supracitados, afirma que em relação aos homossexuais existe uma ordem social que considera estes sujeitos como subalternos, subordinados e inferiores porque não estão concatenados com a norma heterossexual posta, operando na

manutenção do preconceito homofóbico. Borrillo (2009, p. 17) por sua vez revela que “No cerne desse tratamento discriminatório, a homofobia tem um papel importante, dado que é uma forma de inferiorização, consequência direta da hierarquização das sexualidades, que confere à heterossexualidade um status superior e natural”.

Borrillo (2009), em seu conceito de homofobia, discute as possibilidades de manifestações homofóbicas, traz em relevo a discussão sobre o lugar que os homossexuais ocupam nas hierarquias sexuais, como o de um doente e que precisa ser tratado para regressar a normalidade, e sobre as posições de subalternidade e inferioridade a que as sexualidades homo estão inscritas, consideradas como secundárias ou desvalorizadas.

Neste contexto, cabe assinalar que a homofobia é um fenômeno complexo e variado. Podemos entrevê-la em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado; no entanto, ela pode revestir-se também de formas mais brutais, chegando inclusive à exterminação, como foi o caso na Alemanha nazista. Como toda forma de exclusão, a homofobia não se limita a constatar uma diferença: ela a interpreta e tira conclusões materiais. Assim, se o homossexual é culpado do pecado, sua condenação moral aparece como necessária, e a purificação pelo fogo inquisitorial é uma consequência lógica [...]. Considerado um doente, ele é objeto do olhar clínico e deve se submeter a terapias que a ciência lhe recomenda, em especial os eletrochoques utilizados no Ocidente até os anos 1960. Se as formas mais sutis de homofobia denotam uma tolerância em relação a lésbicas e gays, isso só é feito atribuindo-se a esses sujeitos um lugar marginal e silencioso, o de uma sexualidade considerada incompleta ou secundária (BORRILLO, 2009, p. 18).

Junqueira (2007) em seu texto “Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas” discute sobre as origens do termo homofobia argumentando que a base do radical homo, no latim, diz respeito a figura masculina e, portanto, o termo homofobia estaria encerrado às diversas práticas violentas cometidas contra o homem homossexual, ou homem gay. Desta forma, outros sujeitos componentes da sigla LGBTT, as lésbicas, os bissexuais as travestis e transexuais estariam excluídos desta base conceitual. Assevera o autor que estes grupos, ao não se sentirem contemplados, devido as peculiaridades de

cada grupo, “empregam os termos ‘lesbofobia’ e ‘transfobia’ com o intuito de chamarem a atenção [...] conferirem maior visibilidade política às suas lutas” (p. 8).

A compreensão restrita de que o conceito homofobia se refere a violência cometida apenas contra gays revela mais uma face do machismo brasileiro, fazendo perdurar a invisibilidade lésbica, por exemplo (PRADO & JUNQUEIRA, 2011). Junqueira (2007) em destaca que a homofobia

[...] diz respeito a valores, mecanismos de exclusão, disposições e estruturas hierarquizantes, relações de poder, sistemas de crenças e de representação, padrões relacionais e identitários, todos eles voltados a naturalizar, impor, sancionar e legitimar uma única sequência sexo-gênero-sexualidade, centrada na heterossexualidade e rigorosamente regulada pelas normas de gênero (JUNQUEIRA, 2007, p.9).

Crenshaw (2002) assevera que quanto mais complexo for o contexto de vulnerabilidade do sujeito, mais numerosos são os cruzamentos de eixos ou categorias de opressão que podem ser observadas. Quando se intersecciona gênero e sexualidade, por exemplo, Butler em entrevista a Prins e Meijer (2002), revela que pela lógica da normalização o sexo masculino teria que coincidir com masculinidade e deveria, necessariamente, direcionar desejos sexuais por corpos femininos; o corpo feminino deveria coincidir com feminilidade e deveria, necessariamente, direcionar desejos sexuais por corpos masculinos. Dito de outra forma existe uma “[...] crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito” (BUTLER, 2003, p. 12). Em síntese, a partir desta linha argumentativa, o destino de um corpo deveria ser, obrigatoriamente, o corpo do sexo oposto e as sexualidades experimentadas fora destes padrões, estariam, portanto, localizados em posições de inferioridade nas hierarquias de poder e mais suscetíveis a violência homofóbica.

Outro elemento a ser trazido à discussão, para torná-la ainda mais complexa, são as intersecções de categorias analíticas como as de sexualidade, classe social e etnia. Silveira e Nardi (2014, p. 15) revelam que “Quando se agregam [...] os estudos da interseccionalidade racial e étnica, o objeto de pesquisa se expande em complexidade”. No cenário das sexualidades, então, a experiência de um gay, mais masculino, branco e de classe alta é vivida de forma bastante antagônica a de gays negros, mais femininos e de camadas mais populares, pois estes acumulam vários eixos ou categorias de opressão e, por conseguinte, estão mais vulneráveis a violência homofóbica como consequência



de seu não enquadramento nos padrões de normalidade, sendo necessário, em absoluto, de contextualizações de quais sujeitos LGBT está se discutindo.

Como resistência a noção de normalidade, Butler em lança mão do conceito “abjeto” tão caro as discussões sobre identidades e sexualidades tidas como “dissidentes”. De acordo com ela, e daí vem a sua crítica aos discursos normalizadores, o abjeto seria aquele ser humano que não tem voz, o que não importa, o que não está na norma heterossexual, o que não é esperado, o que não está para a inteligibilidade dos outros. São corpos que existem de forma transgressora, ilegítima e “Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (BUTLER *apud* PRINS & MEIJER, 2003). Nesse sentido as homossexualidades, as travestilidades e transexualidades estariam encerradas na figura do abjeto, da ambiguidade, do “monstro” e do indesejável, uma vez que rompem a “normalidade” heterossexual.

Prado e Machado (2012) afirmam que é necessário discutir sobre homofobia a partir de concepções que extrapolem a esfera da individualidade, tanto do homofóbico quanto da vítima de violência, e alcancem a compreensão de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais como sujeitos capazes de produzir resistência a realidade posta, como sujeitos políticos que são em uma perspectiva de direitos. De acordo com Borrillo (2009)

A recente preocupação com a hostilidade para com gays e lésbicas muda a maneira como a questão vinha sendo problematizada. De fato, em vez de se dedicar ao estudo do comportamento homossexual, a atenção se volta agora para as razões que levaram essa forma de sexualidade a ser considerada, no passado, desviante. Esse deslocamento do objeto de análise sobre a homofobia produz uma mudança tanto epistemológica quanto política. Epistemológica porque não se trata exatamente de conhecer ou compreender a origem e o funcionamento da homossexualidade, mas sim de analisar a hostilidade provocada por essa forma específica de orientação sexual. Política porque não é mais a questão homossexual, mas a homofobia que merece, a partir de agora, uma problematização particular. (BORRILLO, 2009, p.14).

Em termos de resistência as relações assimétricas de poder e política, Foucault (2004, p. 26) afirma que “[...] temos a possibilidade de mudar a situação, que esta possibilidade existe sempre. Não podemos nos colocar fora da situação”.

Escola, homossexualidade e preconceito

No campo dos efeitos da disciplinarização, a escola é um lugar político e, como tal, exerce a função de mantenedora de uma ordem social. Essa ordem é predeterminada pelo Estado que promove uma visão totalitarista de sociedade, isto é, o social é visto de modo unilateral e também por um conceito heterossexista, uma vez que a heterossexualidade culturalmente é considerada matriz reguladora de identidades sexuais. Desse modo, falar em identidade sexual é perpassar por construtos sociais, isto é, o que é considerado “certo” ou “errado” na construção da sexualidade e determinado pela dinâmica social e, assim, a voz da maioria é que vai prevalecer, ou seja, o discurso do heterossexismo. Desse modo, a escola ainda é responsável por manter esses conceitos e alimentar ainda mais a dicotomia homem/mulher como sinônimo de sexo e sexualidade (MOLINA, 2011).

A Escola talvez seja uma das responsáveis por essa problemática, já que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento norteador do currículo escolar desde a década de 90, em seu texto promove o termo “orientação sexual” como a tendência pedagógica que se deveria dar à sexualidade nas escolas (SANTOS, 2008, p. 03). O que perpassa no imaginário social é de que “ser homossexual” é *optar* por essa identidade, uma vez que isso é sustentado por um discurso heterossexista. Santos (2008, p. 02) argumenta que

As relações interpessoais são permeadas de conceitos que nos direcionam às “verdades absolutas”. Nesse sentido, nosso imaginário é condicionado a pensar sobre as sexualidades e seus significados como sendo estáticos e inquestionáveis, gerando a reprodução desses conceitos e significações sem uma reflexão crítica nos ambientes sociais – dentre eles a escola. (SANTOS, 2008, p. 02).

Através do uso da linguagem são atribuídos significados ao mundo que nos cerca, ação esta que faz com que o que dizemos não seja só o que é dito, mas um enovelado de práticas e representações que revelam lugares sociais, historicamente situados e partilhados culturalmente. Dessa forma, conceitos, ideias e sentimentos se inserem no campo das representações individuais e coletivas o que não implica em determinismo cultural, visto que há variações existentes neste movimento de atribuição e valoração de sentidos ao mundo.

Desse modo, por exemplo, a distinção dos termos “homossexualidade” e “homossexualismo” não é meramente linguística, ela implica também em posicionamentos discursivos e insere-se no terreno das práticas e das

representações individuais e coletivas, já que trata-se de uma ação que reflete na percepção de modos de vida que destoam das sexualidades normatizadas pela matriz heterossexual. Perceber as múltiplas formas de identificação e desidentificação dos sujeitos a partir de suas sexualidades e modos de vida remete a pensar na alteridade positivando a existência de diversos espaços sociais em que se dá este reconhecimento, sendo a escola um deles, pois é na distinção de uma coisa que podemos compreender a outra (SPIVAK, 1994).

Análise do filme

O filme escolhido para este trabalho foi *Será que ele é?* (In & Out), do diretor Frank Oz. É uma produção estadunidense e está inserido no gênero comédia. No elenco principal, temos Kevin Kline, Tom Selleck, Matt Dillon e Joan Cusak. Com aproximadamente uma hora e trinta minutos de duração, a história se passa na pequena cidade de Greenleaf, no ano de 1997, onde o professor de Literatura e treinador de esporte, Howard Brackett (Kevin Kline) está de casamento marcado com a assistente de inglês, Emily (Joan Cusack). A expectativa dos familiares com o evento é grande. Os alunos demonstram grande apreciação para com o professor no desenvolvimento das aulas na escola onde atua.

Entretanto, o vencedor do 69º Oscar, Cameron Drake (Matt Dillon), ex-aluno do professor Brackett, faz uma declaração em rede nacional que pega todo mundo de surpresa. Cameron Drake fora indicado ao Oscar de melhor ator por atuar em uma produção na qual interpretou um soldado gay, por esse motivo dedicou a estatueta do Oscar ao professor Brackett por “ter aprendido muito com ele e por ele ser gay”.

A partir deste momento, a conduta do professor é posta em jogo. Todo o filme é baseado em questões que permeiam o mundo homossexual. Ao acordar, no dia seguinte ao acontecido do Oscar, o despertador toca a música *Macho Man*, do Grupo Village People, trilha sonora comumente associada ao universo gay (a representação acerca do indivíduo homossexual em comédias frequentemente parte de estereotipações). Durante o desenvolvimento da história, outros ícones de “apreciação” homossexual são comentados tais como Barbra Streisand, Glória Gaynor bem como arquétipos homossexuais: movimentos das mãos, escolha de roupa, etc.

Para Stuart Hall (1997), a representação não é apenas um modo de nomear as coisas ou de catalogar univocamente. Utilizando-se como exemplo da análise de Foucault (1992) sobre a pintura de Velásquez do quadro *As meninas*, ele vai apresentar o conceito de representação como algo que funciona tanto através do que é mostrado como através do que não é mostrado (tem-se assim um silenciamento constitutivo, o dito e o não dito estão entrelaçados). Desse modo, os sujeitos assumem posições que se intercalam no discurso e, a partir dos posicionamentos e trocas de posição são delimitados (e também escapam) significados diversos de representação. Por isso, não se pode falar de representação sem que se considere o terreno das práticas.

Em Bhabha (2007, p. 86) temos a afirmação de que o outro (desviante) é a negação de uma identidade primordial na qual o sistema a diferencia na realidade linguística, simbólica e histórica. No trama do filme, percebemos que a partir da dúvida, isto é, da instabilidade provocada por um comentário sobre a sexualidade do professor, a relação de poder (e conseqüentemente a competência profissional) é modificada. Desse modo, retomamos Hall (2000, p.109) quando este afirma que as identidades são construídas no interior do discurso em um determinado contexto, ou seja, o professor passa a ser visto como gay a partir do momento que alguém o aponta como homossexual.

Há uma passagem do filme que o diretor questiona o Senhor Brackett se, mesmo tendo ocorrido o comentário, o casamento se efetivará. Assim, percebemos não só no discurso do diretor, mas da própria mãe (aos dezessete minutos e vinte segundos, ela diz: “nós o amamos gay [...] desde que se case!”) os símbolo da união heterossexual: o casamento, principalmente religioso. Neste contexto, Molina (2011) nos adverte que a relação de gênero sempre predominou na relação dicotômica homem/mulher, provedor/reprodutor. Quando se tem uma participação diversificada de homens e mulheres nas instituições sociais (nesse caso, a escola) os papéis assumidos são marcados por identidades carregadas de valores e expectativas, diferenciando masculino de feminino.

As especulações da imprensa e questionamentos dos alunos e familiares faz com que o professor Howard se coloque em reflexão sobre sua sexualidade. Aos quarenta e um minutos de filme, um jornalista, Peter Malloy (Tom Selleck) se autodeclara gay para Howard e o beija na rua, numa tarde. Isso nos remete ao que Mercer, citado por Hall (2007, p. 09), trata como crise. Fala o citado que “[...]”

quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

O professor, no momento do casamento, quando deveria ter dito “sim” à pergunta “Você aceita Emilly como sua esposa?”, diz “Eu sou gay!”. Essa afirmativa é, ao mesmo tempo, uma aceitação pelo personagem de sua condição e afirmação de sua identidade. Aos sessenta e um minutos do filme, o professor, sentado numa cadeira e bastante reflexivo, recebe a visita de seu pai com o seguinte questionamento: “Você ainda é gay?”. Devido ao fato de se tratar de um filme no estilo comédia, tenta-se explorar demasiadamente questões que permeiam o imaginário heterossexista como se a homossexualidade fosse uma simples escolha, como a homogeneização de práticas e modos de existência fosse inerente à homossexualidade e como se houvesse um conjunto de significados estanques que a caracterizariam (vide estilo musical mencionado, por exemplo). Como nos lembra Agier (2001, p. 13), “[...] o caminho que vai da cultura à identidade, e vice-versa, não é único, nem transparente e tampouco natural. Ele é social, complexo e contextual”. Vale ressaltar que o professor perde o emprego, o que simbolicamente pode ser considerado como pena de não ter se “ajustado” a uma matriz heterossexual reguladora de identidades.

A educação faz circular, por vezes reproduz, repete reiterando ou problematizando estereótipos e imaginários historicamente constituídos no discurso e pelo discurso. Assim, a pedagogia cultural remete a tipos específicos de comportamento que reforça enquanto rechaça outros, diminuindo-os. Hábitos, valores e costumes se refletem na pedagogização cultural em que nos inserimos desde o nascimento, circunscritos e reforçadores da heteronormatividade. Não é a toa que o professor perde o emprego. Em uma sociedade desajustada frente à diferença é comum, infelizmente, que aqueles que participam da ordem do discurso destoando da matriz heterossexual sejam marginalizados e sofram os efeitos da discursivização do eco que produzem devido ao fato de existirem em um mundo que não os concebe como legítimos (por quebrar a ordem da repetição a partir do assinalamento da diferença constituinte que representam culturalmente) relegando-os à abjeção. Por isso, cabe situar a importância de pensar as consequências de refletir acerca da abjeção a partir de experiências singulares que sofrem os efeitos da exclusão social e culturalmente estabelecida como fizeram Silveira, Silva e Santos (2014):

A experiência da abjeção provém do julgamento negativo sobre o desejo homossexual, mas, sobretudo, quando ele leva ao rompimento de padrões normativos como a demanda social e higienizadora de que gays e lésbicas sejam “discretos”, ou seja, que não pareçam gays ou lésbicas, que não sejam “homens-afeminados” ou “mulheres-masculinas”, ou ainda, que não se desloquem os gêneros e/ou se transexuais vítimas das mais diversas violências simbólicas e físicas (SILVEIRA; SILVA & SANTOS, 2014, p. 130).

Finalmente, cabe acentuar que a garantia da comédia em relação à utilização de um modo de vida gay fica perene de estereotipação, pois o riso se manifesta no corpo social acerca de um modo de vida gay que seria “representativo” da coletividade homossexual. Desse modo, engendram-se identidades a partir da homogeneização ridicularizando-as por causa do distanciamento da matriz heterossexual legitimada social e culturalmente. Não apenas elegem-se formas específicas de representação da homossexualidade como também onde outras formas de expressão de modos de vida não estão emergem e proliferam-se vestígios de contextos heterossexistas (a pressão pelo casamento, a vida de aparências, a falta de reconhecimento identitário, o silenciamento da identidade, etc.) a que homossexuais são e estão culturalmente submetidos.

A homofobia tem raízes na cultura, sendo uma das manifestações da violência baseada em gênero que resulta em dano físico ou emocional, letal ou não. Esse tipo de abuso de poder de uma pessoa contra a outra, numa relação pautada em desigualdade e assimetria entre os gêneros e também, intragêneros, produz efeitos nefastos sobre a saúde dessa população. Estão em posição vulnerável à vitimização por violência, as pessoas cuja orientação sexual e identidade de gênero não se enquadram nos padrões considerados normais, aceitáveis ou toleráveis socialmente. Tais considerações se articulam à necessidade de pensar a identidade não como um bloco monolítico e fechado sobre si, mas como um organismo heteróclito e homoganeamente constituído, resultado inserido na complexa malha dos jogos de poder, em meio a formas de subjetivação e modos de existência singulares que podem reforçar ou ir na contramão de modelos hegemônicos de identidades histórica, cultural e socialmente estabelecidas.

Também do ponto de vista legal, há sempre avanços e retrocessos por reações contrárias, conservadoras e violentas que surgem de diferentes setores

sociais nas sociedades democráticas. Por exemplo, recentemente, no Brasil, o Projeto de Lei 122 que visa a criminalizar a homofobia, não foi aprovado para promulgação imediata, tendo sido apensado a uma nova proposta que visa a reformar o Código Penal, cujas discussões ainda levarão muito tempo no Legislativo Brasileiro. Tais resistências, que se reproduzem no cotidiano, revelam a enorme dificuldade de se conseguirem mudanças culturais relativas a temas de longa permanência nas mentalidades.

Considerações finais

Pensar a cultura inserida no organismo social implica em considerar que ela seja um conjunto de valores ou significados partilhados coletivamente, de acordo com o viés dos Estudos Culturais. Desse modo, a análise de uma obra cinematográfica em que representações individuais e coletivas da homossexualidade se fazem presentes produz um movimento de problematização acerca das formas como ocorrem (des)identificações em relação ao modo como as identidades sexuais são forjadas na contemporaneidade. Daí a importância de uma análise pautada discursivamente num olhar sobre o modo como são forjadas as identidades culturais na contemporaneidade. Assim, priorizar uma abordagem discursiva auxilia nas reflexões acerca de efeitos e consequências do conhecimento sobre condutas humanas e formação de modos de subjetivação na história do tempo presente em que nos situamos, sobretudo no que diz respeito à homossexualidade.

Considerando que, cada vez mais, a questão da homossexualidade ganha mais visibilidade, o que, frequentemente, causa desconforto, a análise do filme mostrou-nos o que os estudos de questões de identidade nos apontam: não há como determinar “uma” identidade. No bojo das relações de poder, diversos modos de identificação vão sendo circunscritos, delineados, têm suas fronteiras esfumaçadas e são silenciados, reforçados, (des) legitimados. Inserindo a discussão no bojo das relações de poder, tem-se enoveladas questões de autoaceitação, de marginalização, de silenciamento, de corroboração de identidades e a percepção do lugar da diferença numa sociedade que, em grande parte, é constituída de uma visão heterossexista, o que promove conceitos distorcidos de constituição de identidades, o que passa por coerções, legitimações e produções de subjetividades específicas.



Desde o início da década de 1980 vem ocorrendo um movimento organizativo dos grupos civis LGBT à procura da inserção de assuntos sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual nos processos educativos formais. O objetivo seria conseguir influenciar na mudança de mentalidade e de hábitos quebrando a naturalização do patriarcalismo e repercutindo na inclusão social desse grupo no mercado de trabalho e em todos os espaços sociais.

No entanto, como em todo momento de mudança, a realidade de hoje guarda várias contradições. Ao mesmo tempo em que se valoriza positivamente a diversidade sexual, se mantêm e até se reforçam atitudes preconceituosas, discriminatórias e violentas por parte de pessoas, grupos e instituições. O embate entre o novo e o conservador, entre a conquista dos direitos e a repressão originada nos preconceitos se dá em todo o corpo social, em diferentes lugares e momentos.

Referências

ADORNO, Theodor. **The Authoritarian Personality**. New York: Norton, 1950.

AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, vol. 7, n.2, p. 07-33, out. 2001.

BAUMAN, Z. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2007.

BORRILLO, Daniel. A Homofobia. In: LIONÇO, Tatiana, DINIZ, Débora. **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Rio de Janeiro: Letras Livres, 2009, p. 15-26.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, ano 10, p. 171-188, 1º semestre 2002.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FALCÃO, K. J. **Formação histórica da homossexualidade**: um percurso marcado pela discriminação e pelo preconceito. Disponível em: <<<http://www.webartigos.com/artigos/formacao-historica-da-homossexualidade->



umpercurso marcado-pela-discriminacao-e-pelo-preconceito/13193/ >> Acesso em: 27 jul. 2015.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FOUCAULT, Michel. Sexo, Poder e a Política da Identidade. [Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1982], **Verve**, v. 05, p. 27-45, jan./ jun. 2004.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, Stuart (org.) **Representation, Cultural representation and cultural signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997, p. 68-86.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas. **Revista Bagoas – Estudos gay, gêneros e sexualidades**, v.1, n.1, p. 01-22. Jul./dez. 2007.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças**: por uma analítica da normalização. In: CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, 16., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 10-12, jul. 2007. p. 1-19.

MOLINA, L. **Professores homossexuais**: suas vivências frente à comunidade escolar. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2011, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 18-19, ago. 2011. p. 01-19.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 51-72.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceitos contra a homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. 2. Ed. Coleção Preconceitos. Vol. 5. São Paulo: Cortez, 2012.

PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. **Como os corpos se tornam matéria**: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estud. Fem.**, vol.10, n.1, p. 155-67, 2002.

RODRIGUES, Julian. Direitos humanos e diversidade sexual: uma agenda em construção. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 47-62.



SANTI, Heloise Chierentin; SANTI, Vilso Júnior Chierentin. Stuart Hall e o trabalho das representações. **Anagrama**, v. 02, n. 01, p. 01-12, 2008.

SANTOS. D. B. C. **Sexualidades e gêneros**: questões introdutórias. In: FAZENDO GÊNERO – CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 25-28, ago. 2008. p. 01-08.

SILVA, Tomaz T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 80-101.

SILVEIRA, Ederson Luís; SILVA, João Paulo de Lorena; SANTOS, Wendel Souza. **Sobre discursos disciplinares e (outras) pedagogias: desnormalizando sexualidades na escola**. Rascunhos Culturais, v. 5, n.10, p. 123 – 136, jul./dez. 2014.

SILVEIRA, Raquel S; NARDI, Henrique C. **Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha**. Psicologia & Sociedade, 26(n. spe.), p. 14-24, 2014.

SPIVAK, G. Que reivindica alteridade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 43-64.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.